

Entidades pedem que documentos da ditadura se tornem públicos 7



Os militantes Susana Lisboa e Aton Filho, o senador Paulo Paim, a militante Iara Pereira e a deputada Luiza Erundina no debate

Márcia Kolumbe/Senado Federal

Impresso Especial
99122703802010/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.545 – Brasília, quarta-feira, 19 de outubro de 2011



Sem consenso, proposta sobre royalties pode ser votada hoje

Pedro França/Senado Federal



Vital do Rêgo apresenta seu relatório sobre distribuição dos recursos da exploração do petróleo

Apresentado ontem, relatório do senador Vital do Rêgo sobre a distribuição dos royalties do petróleo não agradou representantes dos estados produtores

Os senadores retomam hoje às 14h a discussão em Plenário sobre o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) aos projetos que tratam da definição de critérios de divisão dos royalties de petróleo entre os estados. Ontem, o debate começou ainda durante a

apresentação do relatório, que sofreu críticas de senadores dos estados produtores, especialmente Rio de Janeiro e Espírito Santo. Eles temem a perda de arrecadação e sugerem alternativas como cobrança de mais impostos de empresas petrolíferas e redução da parte da União. 3

Orlando Silva fala hoje aos senadores 8 | Aprovado incentivo ao ensino técnico 4

Comitiva discutirá com o governo situação de UTIs 4

Encarte destaca a cidadania para jovens e crianças



Lúcia Vânia coordena debate que reuniu Simão Jatene e governador em exercício de MG, Alberto Coelho

Ano Vajipe/Senado Federal

Pará apoia novo cálculo para royalty do minério

Simão Jatene defendeu ontem no Senado o projeto que muda o cálculo de compensação pela exploração de recursos minerais de 3% sobre faturamento líquido das mineradoras para 5% sobre faturamento bruto. 6

Criada comissão de juristas para reformar o Código Penal

Instalado ontem, grupo é inspirado em exemplos similares que resultaram nas reformas dos

códigos de Processo Civil e de Processo Penal. Objetivo é garantir agilidade à Justiça. 8

Jane Araújo/Senado Federal



Pedro Taques, que sugeriu o colegiado, durante instalação com ministro Gilson Dipp, senador José Sarney e ministra Maria Thereza



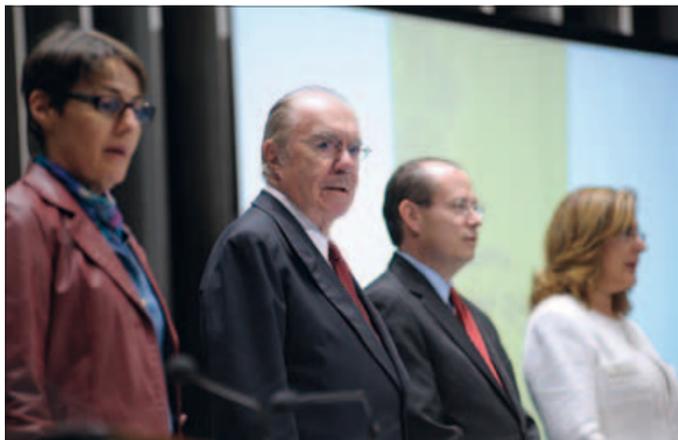
Instituição foi criada há dois séculos para abrigar acervo da família real e hoje recebe um exemplar de cada publicação produzida no Brasil, zelando pela produção intelectual

Senado homenageia os 200 anos da Biblioteca Nacional

O SENADO HOMENAGEOU ontem os 200 anos da Biblioteca Nacional, completados ano passado. A instituição nasceu em 29 de outubro de 1810, com a edição de um decreto determinando a construção da Real Biblioteca no Brasil, para abrigar acervo trazido pela família real em 1808. A homenagem do Senado foi requerida pelo presidente da Casa, José Sarney.

Geovani Borges (PMDB-AP) lembrou que, em 1990, a Biblioteca Nacional se uniu à Biblioteca Euclides da Cunha, no Rio de Janeiro, e à Biblioteca Demonstrativa, em Brasília, para constituir a Fundação Biblioteca Nacional. Hoje é depositária legal de um exemplar de cada publicação feita no Brasil, assegurando registro e guarda da produção intelectual do país.

O presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Galeno Amorim, disse que a homenagem promoveu o encontro de "dois agentes civilizadores, da



Ana de Hollanda, Sarney, Galeno Amorim e Simone Bastos Vieira: celebração

formação e da transformação da nação brasileira", referindo-se à Biblioteca do Senado, apenas 15 anos mais nova que a Biblioteca Nacional.

A ministra da Cultura, Ana de Hollanda, destacou o papel da Biblioteca Nacional no desenvolvimento cultural do país.

– Um país desenvolvido, mais que preservar, trabalha para permitir o pleno acesso de sua

população aos registros culturais.

Sarney recordou momentos importantes da história da Biblioteca Nacional e disse que "o livro é a grande descoberta tecnológica da Humanidade".

– O livro não precisa de energia. O livro cai e não quebra, pode ser levado por nós a todo e qualquer lugar. No livro está registrado todo o saber, todo o amor, toda a fé – disse.

Exposição ficará aberta até 18 de novembro

A exposição *Biblioteca Nacional 200 Anos – uma defesa do infinito* foi inaugurada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, acompanhado do presidente da Fundação Biblioteca Nacional, Galeno Amorim.

Montada na Biblioteca do Senado, a exposição traz painéis com informações sobre a instalação da Biblioteca Nacional, coleções de livros, gravuras, fotos de equipamentos

e reprodução de trechos de obras raras do acervo. Algumas das obras raras da Biblioteca Nacional podem ser consultadas digitalmente, em telas de cristal líquido. A mostra ficará aberta à visitação pública até o dia 18 de novembro.

A diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, agradeceu o empenho de todos os envolvidos na montagem da exposição.

Sarney disse que a primeira vez que visitou a Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foi no ano de 1950, na "época da Copa que o Brasil perdeu para o Uruguai".

A Biblioteca Nacional é a oitava maior do mundo, com cerca de 9 milhões de livros. Entre as obras raras, destacam-se uma Bíblia de mais de 500 anos e um exemplar da primeira edição de *Os Lusíadas*, de Camões.

Luli Ramalho pinta a cultura maranhense

Com o título *Ilha dos Símbolos: cultura popular maranhense*, a artista capixaba Luli Ramalho inaugurou exposição no Espaço Ivandro Cunha Lima, situado no Senado Federal.

Depois de viajar pelo Brasil com a exposição *Dois Olhares*, a artista exibe agora obra concebida a partir de mergulho sobre a cultura popular maranhense.

São 23 aquarelas mostrando cenas da natureza, costumes populares, danças folclóricas e muita cor, presentes nos cenários do estado.

Integrante da nova geração de artistas capixabas, Luli Ramalho vem construindo uma obra com o olhar voltado para a diversidade cultural brasileira. Sua exposição no Senado vai até a próxima sexta-feira.



Doris Peixoto, senador Cícero Lucena e Claudia Nogueira no evento do Prodase

Prodase abre comemorações de seus 40 anos e lança portal

A Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodase) comemorou ontem seus 39 anos de criação. A data foi celebrada na sede do órgão, pela manhã, com a abertura do ano comemorativo do seu 40º aniversário e o lançamento do Portal do Gestor.

O novo portal oferece aos gestores do Senado informações gerenciais que estão distribuídas por diversos sistemas utilizados pelos servidores da Casa. A ideia é que a nova ferramenta funcione de forma integrada, oferecendo acesso às informações que correspondem a suas áreas.

A diretora-geral da Casa, Doris Peixoto, disse que o Prodase busca oferecer serviços necessários a uma atuação parlamentar mais eficaz.

– Tecnologia da informação é o pilar sobre o qual se assenta toda e qualquer experiência de gestão nos setores público e privado – afirmou.

A diretora do Prodase, Claudia Nogueira, também destacou o trabalho da secretaria. – Nestes 39 anos, o órgão está cumprindo o seu papel de implantar elementos de modernização e informação na vida do Senado.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h50 serão publicados na edição de amanhã do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Distribuição de royalties do petróleo

14h O projeto que trata da distribuição dos recursos da exploração do petróleo está entre as matérias da pauta de votação da sessão deliberativa.

Presidência Recepção a ex-presidente da Guatemala

12h O senador José Sarney recebe o ex-presidente da Guatemala Marco Vinicio Cerezo Arévalo. Preside a ordem do dia, às 16h e, às 19h, participa de lançamento da obra *Vade-mécum Eleitoral*, do ministro do STF Enrique Ricardo Lewandovski e de André Tavares, na Biblioteca da Câmara dos Deputados.

CCT Proteção ao consumidor pela internet

9h Na pauta da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, projeto que cria mecanismos de proteção ao consumidor, no âmbito do comércio eletrônico. Examina também projetos de decreto legislativos que autorizam serviços de radiodifusão.

Subcomissão Questões indígena e fundiária

9h A Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira promove audiência pública para discutir as questões indígena e fundiária.

CAS Incentivo ao trabalhador maior de 40 anos

9h Em turno suplementar, a Comissão de Assuntos Sociais vota substitutivo a projeto que institui o Programa de Incentivo ao Trabalhador e ainda substitutivo que trata da atividade de pai social.

CMO Relatório de receitas para 2012

9h30 A Comissão Mista de Orçamento dá continuidade à reunião, suspensa ontem, que poderá votar o relatório de receitas para o Orçamento de 2012, além de projetos que abrem créditos adicionais para ministérios.

CCJ Sistema Nacional de Defesa Civil

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania examina projeto sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil e a carreira de agente de defesa civil.

CDH/CE/CAS Saúde mental desde a gravidez

10h Audiência pública conjunta das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Sociais. Em debate, o tema "A mulher grávida, o bebê e a primeira infância na construção da saúde mental".

CE/CMA Ministro do Esporte presta esclarecimentos

14h O ministro do Esporte, Orlando Silva, presta esclarecimentos sobre denúncias publicadas na imprensa relacionadas à sua pasta em audiência pública das comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

CMMC Programa Antártico Brasileiro

14h Representantes dos ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Inovação e do Comando da Marinha vão debater em audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas o Programa Antártico Brasileiro, especialmente o monitoramento e o acompanhamento das mudanças climáticas no continente antártico e seus impactos no território brasileiro.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Substitutivo de Vital do Rêgo acentua a divisão entre estados produtores e não produtores; bancadas do Rio e do Espírito Santo apoiam projeto de Dornelles

Divididos, senadores votam hoje *royalties* do petróleo

VITAL DO RÊGO (PMDB-PB) apresentou ontem substitutivo às propostas em tramitação no Senado para definir os critérios de distribuição dos *royalties* de petróleo. O parecer foi lido em Plenário, dando início à discussão do Projeto de Lei do Senado (PLS) 448/11, que serviu como base para sua proposta. Ele pediu a rejeição das demais matérias juntadas ao projeto. A expectativa é de que o substitutivo seja votado na sessão de hoje, que terá a ordem do dia iniciada mais cedo, às 14h.

O texto acentuou a divisão entre os estados produtores e não produtores. Vital do Rêgo confirmou a disposição de mudar o percentual destinado aos produtores. Por sua vez, senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo questionaram os números projetados pelo relator. Eles reclamaram da forte perda de receita para seus estados e manifestaram apoio a outro projeto, o PLS 625/11, de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Vital do Rêgo tratou de duas situações distintas. Na primeira, em campos sob regime de

concessão, os *royalties* serão redistribuídos de forma gradativa. A União abre mão de um terço de suas receitas, tendo sua fatia reduzida de 30% para 20% do total. Os estados produtores têm sua participação reduzida de 26,25% para 20% já em 2012. Os municípios confrontantes passam dos 26,25% de 2011 para 17% em 2012 e chegam a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo vão de 8,75% para 2%.

O substitutivo prevê também a redistribuição da participação especial. Nesse caso, a União sai dos 50% a que tem direito hoje para 42% em 2012. A partir daí, volta a ter a alíquota ampliada ano a ano, até chegar aos 46% propostos inicialmente pelo governo. Os estados e municípios produtores, porém, têm suas alíquotas reduzidas pela metade. Para amenizar a mudança, o corte será gradativo. Estados perdem cerca de dois pontos percentuais ao ano, passando de 40% para 20%. Municípios caem de 10% para 5%.

Para os campos em regime de partilha nas áreas do pré-sal e

estratégicas, o relator aumentou a alíquota dos *royalties* pagos pelas empresas de petróleo à União, de 10% para 15% da produção. O regime não prevê participação especial e os *royalties* serão distribuídos de duas formas distintas. A primeira, para petróleo de terra, prevê 15% para a União, 35% para estados e municípios produtores e 50% para o Fundo Especial. No caso de petróleo explorado no mar, as alíquotas são de 20% para União, 29% para estados e municípios produtores e 51% para o Fundo Especial.

Vital do Rêgo argumentou que, apesar da redução dos percentuais a que os estados e municípios produtores têm direito, não haveria perda real de recursos. Segundo ele, como há previsão de aumento na arrecadação de *royalties* e participação especial, de R\$ 20,7 bilhões em 2010 para R\$ 28 bilhões em 2011, será possível distribuir receitas sem danos. Por suas projeções, os estados produtores, que arrecadaram R\$ 7 bilhões em 2010, terão R\$ 7,7 bilhões em 2012.



Vital do Rêgo fala em Plenário, ao lado de Walter Pinheiro (C) e Marcelo Crivella

Estimativa das verbas dos estados gera polêmica

Na apresentação do seu relatório, Vital do Rêgo mencionou quanto alguns estados recebem em *royalties* e quanto podem receber a partir de 2012, o que gerou polêmica.

O Acre passaria de R\$ 8,8 milhões para R\$ 157 milhões. Alagoas passaria de R\$ 81 milhões para R\$ 283 milhões. O Amapá passaria de R\$ 7,9 milhões para R\$ 150 milhões. O Distrito Federal passaria de R\$ 2 milhões para R\$ 27 milhões.

Jayme Campos (DEM-MT) questionou o fato de o Fundo de Participação dos Estados (FPE), critério para a

distribuição, ter sido considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Vital do Rêgo respondeu que a constitucionalidade vale até o final de 2012.

Magno Malta (PR-ES) disse que o relator estava “debochando”, pois *royalties* são “passivo ambiental”. Marcelo Crivella (PRB-RJ) questionou os números apresentados, e Francisco Dornelles (PP-RJ) afirmou que seu projeto (PLS 574/11) retira os recursos para os estados e municípios não produtores das receitas da União e das petroleiras.

Dornelles garante que seu projeto é melhor para todos

Francisco Dornelles (PP-RJ) anunciou que pedirá hoje preferência para votação da sua proposta (PLS 625/11) que, garantiu, destina mais recursos aos estados não produtores do que o relatório apresentado por Vital do Rêgo, e sem prejudicar os estados produtores. Isso é possível, segundo ele, com a retirada de mais recursos da União e de impostos cobrados das empresas petroleiras.

– As petroleiras pagam no Brasil o imposto mais baixo do mundo. O pré-sal mudou de concessão para partilha e criou-se a ficção da existência de um eldorado, mas o pré-sal só sai em 2018, 2020 – alertou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Para Lindbergh Farias, municípios do Rio vão falir

Lindbergh Farias (PT-RJ) afirmou que vários municípios do Rio de Janeiro poderão ir à falência, caso o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) seja aprovado.

Para o senador, a arrecadação do estado do Rio de Janeiro com os *royalties* cairá de R\$ 8,2 bilhões em 2011 para R\$ 7,2 bilhões em 2012, segundo propõe o relator da proposta, que também causará uma redução de R\$ 1,45 bilhões nos repasses desses recursos aos municípios cariocas.

– Significa a falência dos municípios! Isso significa o fechamento de prefeituras, de postos de saúde, de escolas – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Relatório é “ruim e nefasto”, diz Magno Malta

Magno Malta (PR-ES) afirmou que o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) “é absolutamente ruim e nefasto” para o Espírito Santo e o Rio de Janeiro.

Conforme o senador, o governador do seu estado, Renato Casagrande, afirmou que o substitutivo “não serve para o Espírito Santo” e que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso seja aprovado. É “um relatório horroroso”, disse. O senador capixaba considera que a presidente da República, Dilma Rousseff, pode resolver o impasse, diminuindo a parcela de recursos dos *royalties* a que a União tem direito.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ricardo Ferraço quer discussão equilibrada

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) manifestou oposição ao texto apresentado pelo relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), ao PLS 448/11, dos *royalties* do petróleo. Para o senador, o texto modifica até mesmo a extensão da plataforma continental dos estados, além de retirar meio bilhão de reais das receitas do Espírito Santo.

Ferraço pediu equilíbrio e serenidade na discussão. Não é possível, disse, apresentar “soluções simplistas, emocionais e populistas” a problemas complexos como esse.

– É um debate federativo, que pode impactar positivamente ou desorganizar as finanças de estados e municípios.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Ana Rita pede que substitutivo seja revisto

Ana Rita (PT-ES) fez apelo para que o senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator do projeto (PLS 448/11) que trata da divisão dos *royalties*, reveja o seu substitutivo.

A senadora afirmou que o texto prejudica fortemente seu estado, colocando-o sob o risco de não conseguir honrar compromissos já assumidos. Ela reivindicou tratamento justo para o Espírito Santo e demais estados produtores de petróleo em relação aos não produtores.

– Não se pode quebrar assim, de uma hora para outra, um estado. Isso vai causar enormes prejuízos para a população – disse.



Waldemir Barreto/Senado Federal

O passo a passo da disputa

31/AGO/2009 ► Governo anuncia marco regulatório para exploração do pré-sal. Presidente Lula envia ao Congresso projeto estabelecendo regras sobre exploração de óleo e gás. Proposta também cria a Petro-Sal e capitaliza a Petrobras.	11/MAR/2010 ► Na Câmara, projeto recebe a Emenda Ibsen, que estabelece a repartição de <i>royalties</i> de petróleo – do pré-sal e de contratos em vigor – entre todos os estados e municípios, de acordo com critérios dos fundos de Participação dos Estados e dos Municípios.	1º/DEZ/2010 ► Após 15 meses de discussões no Congresso, a Câmara conclui votação do marco regulatório do pré-sal e envia texto à sanção presidencial.	22/DEZ/2010 ► Lula sanciona a Lei 12.351, que cria o marco regulatório para a extração e refino do petróleo do pré-sal, mas veta o artigo 64 (Emenda Ibsen). No mesmo dia, envia à Câmara proposta de mudança na distribuição dos <i>royalties</i> dos campos a serem licitados.	4/AGO/2011 ► Senador Wellington Dias (PT-PI) protocola o PLS 448/11, que, por decisão de líderes partidários, passou a servir de parâmetro em torno das negociações sobre a partilha dos <i>royalties</i> . A relatoria ficou a cargo de Vital do Rêgo (PMDB-PB).	9/SET/2011 ► Senadores Dornelles (PP-RJ), Lindbergh (PT-RJ), Ferraço (PMDB-ES) e Delcídio (PT-MS) apresentam o PLS 574/11, que mantém os repasses aos produtores e contempla os não produtores. Para isso, diminui o percentual destinado à União.	13/SET/2011 ► Após reunir-se com o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Zulkoski, o presidente do Senado, José Sarney, reafirma que o prazo final para a votação do veto à divisão dos <i>royalties</i> do pré-sal seria 5 de outubro.	4/OUT/2011 ► Após longo encontro entre lideranças do Senado e da Câmara, com a participação do presidente José Sarney, é adiada a apreciação do veto à Emenda Ibsen para 26 de outubro. Na mesma reunião, é formada uma comissão mista para tratar do assunto.	5/OUT/2011 ► Senado acelera a decisão sobre os <i>royalties</i> ao destrancar a pauta da Casa com a apreciação de três medidas provisórias. Dornelles, Lindbergh, Ferraço e Delcídio apresentam novo projeto (PLS 625/11) sobre o tema.	11/OUT/2011 ► Comissão formada por senadores e parlamentares se reúne pela segunda vez e resolve aguardar mais duas sugestões. Vital do Rêgo sugere diminuição da participação especial da União, de 50% para 42% em 2012, com recuperação ano a ano até 46%.	17/OUT/2011 ► Deputados e senadores se reúnem pela última vez com a equipe econômica do governo, antes da conclusão do relatório do senador Vital do Rêgo.	18/OUT/2011 ► Vital do Rêgo apresenta no Plenário relatório sobre o PLS 448/11, bem recebido pelos senadores de estados não produtores. As bancadas dos estados produtores apoiam o PLS 675/11, de Dornelles, Lindbergh, Ferraço e Delcídio.
--	--	---	--	---	--	---	--	---	---	--	--

Pronatec, que vai agora à sanção da presidente Dilma, amplia a educação profissional e tecnológica no Brasil, com bolsas para estudantes e trabalhadores e recursos do Fies



Marinor Brito criticou a inclusão de escolas privadas e do Sistema S no projeto

Senado aprova programa de acesso ao ensino técnico

O SENADO APROVOU ontem a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que amplia a educação profissional e tecnológica no país. Estudantes e trabalhadores terão o direito a bolsas de estudo ou a possibilidade de financiar cursos de qualificação técnica por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), inclusive em escolas privadas, desde que ela não tenha fins lucrativos.

O PLC 78/11, que cria o Pronatec, foi relatado no Plenário por Marta Suplicy (PT-SP) e agora seguirá para a sanção da presidente da República, Dilma Rousseff. Prioriza estudantes do ensino médio da rede pública, trabalhadores, beneficiários de programas de transferência de renda – como o Bolsa-Família – e bolsistas integrais de escolas particulares de ensino médio.

Haverá duas modalidades: a Bolsa-Formação Estudante e a Bolsa-Formação Trabalhador. Há, ainda, o estímulo à expansão da oferta de vagas para pessoas com deficiência.

Nos cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, será exigida carga horária mínima de 160 horas. Já para os cursos de educação profissional técnica de nível



Aprovado sem emendas, o projeto foi relatado no Plenário por Marta Suplicy médio, serão obedecidas as diretrizes curriculares nacionais do Conselho Nacional de Educação. Do total dos recursos investidos, 30% deverá ser destinado às Regiões Norte e Nordeste.

Recursos da União

O projeto libera a transferência de dinheiro da União para instituições de educação profissional e tecnológica das redes públicas estaduais e municipais. Também foram incluídas as escolas filantrópicas, comunitárias e confessionais sem fins lucrativos e as do Sistema S (Senai, Senat e Senar, entre outros). Só será preciso firmar contrato ou convênio no caso das entidades privadas sem fins lucrativos, mas

em todos os casos será exigida a prestação de contas.

A inclusão das escolas privadas sem fim lucrativo e do Sistema S recebeu voto contrário de Marinor Brito (PSOL-PA).

– O Sistema S não tem características de educação formal e não está preparado para exercer o papel que a escola brasileira exerce. Nem as faculdades privadas no Brasil têm essa autonomia de criar cursos sem passar por uma avaliação rigorosa do Ministério da Educação – argumentou a senadora.

Emendas retiravam as escolas sem fim lucrativo e Sistema S do Pronatec, mas a relatora as rejeitou. Para Marta, o país não pode dispensar o conhecimento e a experiência das instituições privadas na formação e na qualificação profissional.

– Essa medida condenaria milhões de brasileiros ao desemprego, à formação insuficiente ou à educação profissional paga. Ela implicaria uma expressiva queda da oferta de vagas gratuitas de ensino profissional e tecnológico – disse a senadora.

O projeto havia recebido 27 emendas de parlamentares no Senado, mas todas elas foram rejeitadas pela relatora e o PLC 78/11 acabou aprovado da maneira como foi redigido na Câmara dos Deputados.

Ampliação de atividades no Simples volta à CAE

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), anunciou ontem acordo para a retirada da urgência do projeto (PLS 467/08) que amplia as atividades autorizadas a participar do Simples Nacional. O projeto retornará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde já havia sido aprovado.

A decisão se deve a compromisso assumido na votação, em setembro, de projeto que reajusta em 50% as tabelas de enquadramento das micro e pequenas empresas no Simples Nacional (PLC 77/11). Na ocasião, emendas foram rejeitadas pelo relator, José Pimentel (PT-CE), para que o projeto pudesse

seguir à sanção presidencial, em vez de retornar à Câmara.

Ontem Pimentel, que será o relator do PLS 467/08 na CAE, pediu que as emendas sejam reapresentadas. Ele acrescentou que fez um levantamento das propostas relacionadas ao Simples Nacional para que todas as sugestões sejam examinadas.

Comitiva vai discutir situação de UTIs com Ministério da Saúde

Comitiva de senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vai se reunir com especialistas do Ministério da Saúde para discutir a situação dos leitos nas unidades de terapia intensiva (UTIs) dos hospitais, e questões relativas ao atendimento de urgência. A sugestão foi apresentada por Waldemir Moka (PMDB-MS), ontem, durante audiência pública na CAS.

A coordenadora-geral de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde, Ana Paula Silva Cavalcante, disse que foi lançada no dia 11 portaria que implanta a Rede de Atenção às Urgências, visando aumentar o número de leitos de UTI e melhorar a sua gestão. Entre as estratégias do Ministério, disse, está a implantação de dispositivo de

acolhimento com classificação de risco nos pronto-socorros.

Benedito de Lira (PP-AL) defendeu a hospitalização apenas em casos graves. Para ele, o país deve criar programa de ação preventiva das doenças e acidentes para diminuir a presença de pacientes nos hospitais.

Paulo Davim (PV-RN), que requereu a audiência, sugeriu que os médicos tenham carreira de Estado, como os magistrados. O senador ressaltou que apresentou projeto (PLS144/11) para estender aos profissionais que trabalham em UTIs benefícios como jornada de 36 horas semanais e férias de 20 dias duas vezes ao ano. A proposta aguarda parecer da relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), na CAS, onde receberá decisão terminativa.



Ederlon Alves, Cid Carvalhaes, Ana Paula, Jayme Campos, Oswaldo José e Fernando Dias

Humberto Costa destaca prevenção de doenças

No Dia do Médico, celebrado ontem, Humberto Costa (PT-PE) estendeu seus cumprimentos a todos os profissionais da saúde que fazem trabalho integrado para tratamento e prevenção de doenças.

O senador assinalou a importância de agentes comunitários, fisioterapeutas e cirurgiões-dentistas, que também têm datas comemorativas em outubro. Humberto Costa disse que mais de 300 mil profissionais atuam no Sistema Único de Saúde (SUS).

Ele lembrou o seu trabalho como ministro da Saúde do governo Lula de janeiro de 2003 a julho de 2005.



Humberto Costa

Geovani Borges diz que faltam vagas para residentes

Geovani Borges (PMDB-AP) falou das dificuldades que os médicos enfrentam nas redes pública e privada de saúde. E lamentou que, de acordo com a Comissão Nacional de Residência Médica, 40% dos médicos formados no país não possam fazer residência, estágio ou especialização, por falta de vagas.

– Médicos mal formados são um risco à população – disse.

Segundo Geovani Borges, na rede privada os médicos

“viram reféns nas mãos de empresários inescrupulosos”, enquanto na rede pública faltam instalações adequadas e planos de carreira.



Geovani Borges

Mozarildo afirma que os médicos precisam de tratamento digno

Médicos são as “grandes vítimas” do Sistema Único de Saúde (SUS) e dos planos de saúde privados, disse Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). O senador pediu tratamento digno para os médicos. O parlamentar, que é médico, disse que foi por meio da medicina que entrou para a política, para melhor atender quem sofre. Mozarildo criticou os aumentos dos planos de saúde sem correspondente reajuste dos honorários médicos. Ele também lamentou a redução do entusiasmo dos jovens pela profissão.



Mozarildo

Paulo Paim ressalta importância do Estatuto da Igualdade Racial

Paulo Paim (PT-RS) destacou importância da aprovação pelo Congresso da Lei 12.288/10, o Estatuto da Igualdade Racial. De acordo com ele, o Estatuto representou um marco jurídico, histórico, social e moral em defesa de pessoas discriminadas. Na avaliação do senador, as ações afirmativas previstas são de importância fundamental para o combate à discriminação racial no país e para a promoção da igualdade de oportunidades.

Senador alerta para riscos de o Brasil ser afetado pela crise internacional

Paulo Paim fez um alerta ontem para os riscos de o Brasil ser afetado pela crise econômica internacional, que pode prejudicar, em sua opinião, o crescimento do produto interno bruto (PIB) e o índice de desemprego. Paim afirmou que o país não deve ceder em seu compromisso com as reformas sociais internas urgentes. Para ele, o Brasil tem sido capaz de enfrentar qualquer crise por conta do fortalecimento do mercado interno.



Lobão Filho e Demóstenes Torres na reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Presidente do BC poderá falar anualmente à CAE sobre bancos

O presidente do Banco Central, que já participa de audiências trimestrais da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para falar sobre a política monetária, deve também passar a falar ao colegiado sobre o grau de concorrência e a lucratividade do sistema financeiro nacional. É o que estabelece projeto de resolução (PRS 93/09) do então senador Jefferson Praia, que recebeu parecer favorável da comissão ontem.

Pelo texto, a discussão sobre o tema ocorrerá pelo menos uma vez por ano, quando o titular do cargo esclarecerá as medidas tomadas para detectar e evitar abusos de poder econômico no setor.

O debate poderá ocorrer na audiência de outubro, a última do ano para tratar da política monetária, ou em data alternativa, por entendimento entre a comissão e a presidência do Banco Central.

Na proposta, o autor afirma que o Congresso nacional tem sido ativo no acompanhamento da política monetária. Porém, considera que as atividades de fiscalização têm sido tímidas, sobretudo no que se refere às condições de concorrência bancária, apesar dos elevados custos de juros e das tarifas.

Além das audiências na CAE, Jefferson Praia destacou a previsão na própria Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para apresentações semestrais ao Congresso sobre a política monetária – realizadas em audiências conjuntas de comissões do Senado e da Câmara. A proposta foi relatada por Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), com parecer pela aprovação.

O texto ainda receberá parecer na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), seguindo depois para análise final da Mesa do Senado.

Pagamento antecipado de leasing sem taxa Selic vai ao Plenário

A CAE também aprovou a exclusão da Selic, a taxa básica de juros, para o cálculo do pagamento antecipado de contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) quando ainda restar prazo superior a 12 meses para o término das prestações. A medida resultou de emenda sugerida pelo relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a projeto de lei (PLS 635/07 – Complementar) de autoria de Paulo Paim (PT-RS).

Com a alteração, o critério de cálculo fica igual ao que já é aplicado para os contratos com prazo restante inferior a doze meses, em que prevalece unicamente a taxa de juros combinada na operação.

O arrendamento mercantil é o contrato em que a empresa arrendadora adquire um bem escolhido pelo cliente para alugar a ele por determinado prazo. Ao final desse tempo, o locatário pode exercer a opção de compra do bem.

A intenção original do autor era eliminar a cobrança de multas quando o arrendatário decidisse antecipar o pagamento do contrato, mas o Conselho Monetário Nacional já baixou norma para vedar a cobrança de tarifa na liquidação antecipada. Porém, o órgão instituiu a regra da Selic, excluída pela emenda de Aloysio Nunes. A matéria vai ao Plenário e, se aprovada, à Câmara.

Falta de compromisso com o tempo de vida útil das rodovias – aproximadamente dez anos – gera utilização de materiais de má qualidade, segundo responsável por fiscalização

Quem constrói deve manter, defende secretária do TCU

A LEI DE Licitações (8.666/93) precisa ser alterada para garantir que a construção e a manutenção de rodovias tenham mais qualidade, segundo Liliane Colares, secretária de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU). Para ela, a empresa responsável pelas obras deveria ser a mesma que faz manutenção durante todo o período de vida útil da rodovia, de aproximadamente dez anos.

– Atualmente, a empresa que faz a obra pode ser responsável pela manutenção, mas a lei determina um limite de apenas cinco anos para esse tipo de contrato – lamentou.

Liliane fez essa declaração ontem durante audiência pública promovida pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO).

Ela também afirmou que, ao acabar com a defasagem entre o limite de cinco anos para os contratos e a vida útil de dez anos (em média) das rodovias, as empresas seriam responsáveis por mais tempo e “teriam mais incentivos para não utilizar materiais de má qualidade”.

– E é exatamente no final de sua vida útil que a estrada se deteriora mais. Hoje, não há como garantir que o serviço feito no início do contrato dure até o final da vida útil – avaliou.

Irregularidades

Durante a audiência, foram discutidos os indícios de irregularidades que o TCU havia apontado, no ano passado, em obras implementadas por órgãos vinculados ao Ministério dos Transportes (Dnit e

Valec), ao Ministério da Saúde (Funasa) e ao Ministério das Cidades (Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental e Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade Urbana).

Além de se justificar, os representantes desses órgãos apresentaram as iniciativas que estão adotando para corrigir problemas. O novo diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), José Fraxe, por exemplo, disse que, devido às irregularidades apontadas, alguns contratos foram rescindidos e algumas licitações foram revogadas.

Caso os esclarecimentos prestados não sejam considerados satisfatórios, os repasses de verbas para tais entidades podem até ser suspensos no Orçamento para o ano que vem.



Secretária do TCU participa de audiência da Comissão Mista de Orçamento

Lia de Paula/Senado Federal

Comissão aprova crédito para Ministério da Saúde

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou ontem substitutivo ao Projeto de Lei (PL) 20/11, que abre crédito suplementar de R\$ 593,7 milhões para o Ministério da Saúde.

Desse total, R\$ 585,8 milhões serão usados em ações logísticas de abastecimento e distribuição de medicamentos nas farmácias populares pela Fundação Oswaldo Cruz e na continuidade das atividades de campo voltadas para o combate e controle de endemias pela Fundação Nacional de Saúde. A proposta ainda será votada pelo Plenário do Congresso Nacional.

No Fundo Nacional de Saúde, os recursos também serão destinados ao pagamento de bolsas de residência médica para especialistas com atuação em áreas estratégicas do Sistema Único de Saúde (SUS) e à construção e ampliação de unidades de atenção básica de saúde, com aquisição de equipamentos.

O projeto destina ainda R\$ 7,8 milhões a operações oficiais de crédito, que garantirão o desenvolvimento de processos de liquidação de operadoras de planos privados de assistência à saúde, instituídos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

A comissão também aprovou

o PL 21/11, que abre crédito de R\$ 10,9 milhões para o Ministério da Ciência e Tecnologia. O dinheiro possibilitará a atuação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, a ser implantado em Cachoeira Paulista (SP).

Além de possibilitar a emissão de alertas com seis horas de antecedência, o centro vai elaborar informações sobre risco de desastres naturais relacionados a deslizamentos, enxurradas e inundações, entre outros, para subsidiar os órgãos de proteção civil na tomada de decisões. O projeto será submetido à votação no Plenário do Congresso.

Solução para guerra fiscal precisa ser gradual, alertam especialistas

A mudança na cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações interestaduais precisa ser gradual, segundo especialistas que participaram do painel “Guerra fiscal e desenvolvimento regional”, promovido ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR). A cobrança do imposto apenas no estado de destino é apontada como solução.

– Isso pode ser feito por resolução do Senado. Mas não é viável uma mudança abrupta – advertiu o presidente da Comissão Técnica do ICMS do Ministério da Fazenda, René Júnior.

A decisão pode afetar empresas que receberam incentivos e eventualmente terão de recolher o imposto não cobrado nos últimos cinco anos. Para o gerente executivo de Políticas Econômicas da Confederação



Senadora Ana Amélia coordena o painel com especialistas realizado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional

Luz Alves/Senado Federal

Nacional da Indústria (CNI), Flavio Castelo Branco, seria um passivo enorme para empresas que investiram com base em cál-

culos antes considerados legais. O presidente da Confederação Nacional de Municípios, Paulo Ziulkoski, defendeu mudanças

na distribuição do ICMS entre os municípios, devido a variações de mais de 100 vezes num mesmo estado, segundo ele.

Governador do Pará pede aumento nos royalties da exploração mineral

Em audiência ontem no Senado, Simão Jatene defendeu o projeto que muda a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, de 3% sobre o faturamento líquido das mineradoras para 5% do faturamento bruto

O GOVERNADOR DO Pará, Simão Jatene, afirmou ontem, no Senado, que seu estado tem uma renda *per capita* inferior à metade da média nacional, embora seja o principal produtor de cobre e bauxita e o segundo maior produtor de minério de ferro do país, entre outros minerais. Ele acentuou que, mesmo em segundo lugar na produção de saldo para a balança comercial brasileira, grande parte graças à exploração mineral, o Pará ocupa o 26º lugar entre os orçamentos estaduais.

Simão Jatene fez as declarações em audiência das comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE) realizada para debater a proposta que altera a Compensação

Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem).

Segundo o governador, que defende as mudanças, a produção mineral gerou R\$ 110 bilhões no Pará, nos últimos dez anos, mas o estado arrecadou com isso menos do que R\$ 3 bilhões, divididos entre a Cfem e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

– Os projetos, possivelmente, não são perfeitos, mas não restam dúvidas de que são melhores do que o cenário que existe hoje.

A alteração da cobrança da Cfem é tema do PLS 01/11, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), e será analisada pelas duas comissões, cabendo à CAE decisão terminativa. O relator, Aécio Neves

(PSDB-MG), apresentou substitutivo, que tramita em conjunto com o PLS 283/11, de Clésio Andrade (PR-MG). O substitutivo determina que o ressarcimento aos municípios passe a ser de 5% sobre o faturamento bruto das empresas mineradoras, contra os 3% do lucro líquido cobrados atualmente.

Triplo

O relator afirmou que sua proposta deve quase triplicar a arrecadação com a Cfem. Segundo ele, a produção de petróleo e gás no país gerou R\$ 102 bilhões no ano passado, possibilitando uma arrecadação de R\$ 21,5 bilhões. Já a produção mineral gerou recursos da ordem de R\$ 62 bilhões – um

terço da produção de petróleo e gás – mas trouxe uma arrecadação de R\$ 1,08 bilhão.

Aécio disse que é preciso ter cuidado quando se afirma que o Brasil já tem as maiores alíquotas de impostos sobre a produção mineral, tônica do pronunciamento, na audiência, de Paulo Camillo Vargas Penna, diretor-presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram). O relator disse que tanto a Cfem quanto o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) podem ser abatidas do Imposto de Renda.

O presidente da mineradora Vale, Murilo Ferreira, trouxe dados que mostram melhorias econômicas nas cidades mineradoras. Primeiro a falar, o dirigente saiu logo após seu pronunciamento, o que gerou protestos.

Cláudio Scliar, secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, informou que a arrecadação da Cfem, entre 2004 e 2011, aumentou de R\$ 260 milhões para R\$ 1 bilhão, parte devido ao aumento do preço do minério de ferro e parte em virtude de uma melhor atuação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).



Aécio Neves defende relatório sobre alterações na Cfem, ao lado da senadora Lúcia Vânia e do governador Jatene (2º à dir.).

Movimentos sociais querem maior participação em debates globais

O governo brasileiro deveria promover maior articulação com a sociedade civil na elaboração de propostas a serem apresentadas em foros internacionais como o G-20, que se reúne no início de novembro em Cannes, na França. A reivindicação foi apresentada por representantes de movimentos sociais durante audiência pública, ontem, na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Destinada a debater “a posição do governo brasileiro no G-20, nos aspectos econômicos ambientais, climáticos e de segurança alimentar”, a audiência foi presidida por Rodrigo Rollemberg (PSB-DF).

Representante da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras

Multilaterais, Iara Pietricovsky disse não reconhecer o G-20 como “espaço legítimo para deliberar sobre a agenda mundial”. Mesmo assim, sustentou a necessidade de se tornar “mais transparente” para toda a sociedade a posição brasileira.

Da mesma forma, a representante da Rede Brasileira Pela Integração dos Povos, Rosane Bertotti, afirmou que o Brasil não tem como participar do G-20 sem manter um diálogo com a sociedade civil e com os países vizinhos. Falando em

nome do Grupo Arquitetura Econômica Internacional, Graciela Rodriguez defendeu a unificação dos debates sobre as diversas agendas globais.

Carlos Cozende, do Ministério da Fazenda, disse que, a respeito das questões ambientais, é necessário não “sequestrar” o poder de decisão da Organização das Nações Unidas (ONU), onde a composição de forças seria mais favorável ao Brasil. Posição semelhante foi defendida por Luís Antonio Carneiro, do Ministério das Relações Exteriores.

Presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg pediu que o governo se empenhe, na reunião do G-20, pelo sucesso da conferência Rio+20, marcada para 2012.



Rollemberg (3º à esq.) pede ao governo empenho pelo sucesso da Rio+20

Concursos poderão exigir antidoping

O exame *antidoping* poderá passar a ser exigido em testes de esforço físico realizados em concursos públicos. A recomendação consta de projeto de lei (PLS 318/10) de Acir Gurgacz (PDT-RO) aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A matéria segue para votação, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e determina que a exigência conste do edital dos concursos.

Comissão aprova regulamentação do trabalho de DJ

As atividades de DJ (disc-jóquei) e produtor DJ poderão ser regulamentadas. A CE aprovou, ontem, projeto de lei do Senado (PLS 322/10) incluindo essas categorias na Lei 6.533/78, que trata da regulamentação das profissões de artista e de técnico em espetáculos de diversões. O projeto passa a exigir certificado de curso profissionalizante para as atividades. Antes de seguir para a Câmara, a matéria ainda será votada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Suplicy requer voto de pesar para Leon Cakoff

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu voto de pesar para o crítico de cinema Leon Cakoff, pseudônimo de Leon Chadaevian, que morreu na sexta-feira em decorrência de um câncer. De origem armênia, Cakoff foi o criador da Mostra Internacional de Cinema de São Paulo, em 1977. O crítico também foi escritor, produtor e diretor de cinema.

No mesmo pronunciamento, Suplicy pediu um voto de congratulações pelos 40 anos do Hospital Albert Einstein, comemorado na semana passada.



Waldemir Barreto/Senado Federal

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Wilson Santiago • Ana Amélia • Paulo Paim • Walter Pinheiro

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão da Verdade pode ser votada hoje

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) poderá apresentar hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), relatório do projeto que cria a Comissão da Verdade. Seu voto mantém o texto aprovado na Câmara, com uma emenda de redação.

O senador não descartou a possibilidade de incluir sugestões feitas durante debate realizado ontem na CDH, caso sejam apresentadas como emendas. Mas, a princípio, deve manter o texto original.

Aloysio comentou algumas das propostas debatidas na CDH. Com relação à definição do início do período a ser investigado, o relator considera que pode ser mantido o período previsto no texto, com início em 1946, sendo que a comissão terá a liberdade de focar seu trabalho no período do regime militar.

Sobre proposta de excluir a participação de militares na comissão, o relator disse não haver motivo para a adotá-la se "o militar não é um cidadão diferente dos outros". Já quanto à divulgação de documentos sigilosos analisados pela comissão, Aloysio contou que o projeto estabelece sigilo apenas durante a fase de investigação. "Ao final, tudo deverá ser publicado", disse.

Sobre a retirada da referência à Lei de Anistia, ele considerou que essa legislação não impede que se investigue a autoria de crimes, e que a possibilidade de punição dos culpados extrapola o âmbito do projeto.

Da CCJ, o texto segue para a CDH e depois para a Comissão de Relações Exteriores (CRE). Para acelerar a tramitação, Paulo Paim, presidente da CDH, informou que deve apresentar requerimento para que a proposta siga direto para o Plenário, onde também poderão ser feitas alterações. Caso o projeto seja alterado no Senado, precisará voltar à Câmara.



Os militantes Susana Keniger Lisboa e Aton Fon Filho, o senador Paulo Paim, a militante Iara Xavier Pereira e a deputada Luiza Erundina participam de debate em comissão do Senado

Márcia Kalmay/Senado Federal

Famílias de desaparecidos pedem que se divulguem papéis sigilosos da ditadura

Em debate, entidades cobraram mudança no projeto de lei da Comissão da Verdade; argumentaram que informações contidas em documentos hoje sob sigilo devem ser divulgadas para que "atrocidades do regime militar não se repitam"

ENTIDADES QUE REÚNEM familiares de presos políticos mortos ou desaparecidos pediram ontem aos senadores que derrubem, do projeto de lei que cria a Comissão da Verdade, o artigo que impede a divulgação de documentos sigilosos do período da ditadura militar.

A Comissão da Verdade terá como missão examinar e esclarecer as violações de direitos humanos praticadas entre 1946 e 1988. A ditadura militar (1964-1985) está dentro desse período.

O projeto em questão (PLC 88/11) é de autoria do Executivo e já foi aprovado pela Câmara. Agora tramita no Senado. Com a comissão, o governo quer "garantir o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional".

Num debate realizado ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), as entidades de familiares de presos políticos disseram que todos os arquivos da ditadura precisam ser tornados públicos, inclusive os classificados como sigilosos.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) fizeram o mesmo pedido. Para o padre Geraldo Martins, assessor político da CNBB, as informações que resultarão do trabalho da Comissão da

Verdade são essenciais para a formação das novas gerações.

Ele disse que o Brasil deve resgatar a memória do período de ditadura militar "para que as atrocidades não ocorram mais". Ainda segundo o representante da CNBB, a comissão não poderá "frustrar as expectativas daqueles que aguardam verdade dos fatos até hoje ocultados".

Foco na ditadura

O secretário-geral da OAB, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, sugeriu que a Comissão da Verdade tenha composição plural. Aton Fon Filho, da Rede Social

de Justiça e Direitos Humanos, pediu modificação de artigo que prevê a participação de militares. Ele argumenta que, conservado o artigo, o militar integrante terá dificuldade para interrogar um superior hierárquico.

João Vicente Goulart, filho de João Goulart, o presidente deposto pelo golpe militar, questionou as atribuições da comissão. Além de manifestar dúvidas sobre a possibilidade de punição de culpados por crimes na ditadura, ele disse não ter certeza do poder do grupo para convocar autoridades militares

envolvidas nas denúncias.

Suzana Keniger Lisboa, da Comissão de Familiares de Mortos, e Iara Xavier Pereira, representante do Comitê pela Verdade, Memória e Justiça do Distrito Federal, pediram aos senadores que mudem o projeto e estabeleçam o ano de 1964 como o início do período que será investigado. O projeto prevê 1946.

A reivindicação foi apoiada por Gilda Carvalho, procuradora federal dos Direitos do Cidadão. Ela considera a mudança necessária para que a comissão "não perca o foco" e concentre as investigações no regime militar.

Senadores da CDH apoiam sugestões do debate

Uma das mudanças no projeto que cria a Comissão Nacional da Verdade defendidas por senadores que participaram da audiência na CDH é excluir a referência à Lei da Anistia (Lei 6683/79), para permitir a punição dos acusados de violação de direitos humanos.

O presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), resumiu as propostas apresentadas pelos convidados e deve enviá-las, na forma de emendas ao projeto, para análise do relator na CCJ, Aloysio Nunes (PSDB-SP).

Outras sugestões são a ampliação do prazo de vigência

da comissão (que é de dois anos pelo texto atual do PLC 88/11) ou a possibilidade de prorrogá-lo; o aumento do seu número de membros (o projeto determina que serão sete, indicados pela Presidência da República); e a definição de 1964 como início do período que será investigado. Para Pedro Taques (PDT-MT), o período fixado no projeto, a partir de 1946, pode "embaralhar a investigação".

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Ana Rita (PT-ES) e Lidice da Mata (PSB-BA) consideraram inadequado atribuir à Comissão da Verdade a função

de "promover a reconciliação nacional", como consta do artigo 1º do projeto. Para eles, a comissão deve mais que resgatar a história, apurar crimes e "promover a justiça".

– Essa não é uma comissão para reconciliar algozes e vítimas. É uma comissão para completar o processo de transição democrática – disse Randolfe.

A exclusão da possibilidade de participação de militares na comissão e a retirada de artigo do projeto que impede a divulgação de documentos sigilosos analisados foram outras sugestões registradas por Paim.

Tabela faz equivalência de ensino na América do Sul

Integrantes da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, o Parlasul, aprovaram mensagem do Executivo que submete ao Congresso a tabela de equivalências para o reconhecimento de títulos e certificados de ensino fundamental e médio entre Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile e Venezuela.

A tabela foi firmada em 2008, na Argentina, e estabelece, por exemplo, que o 4º ano do ensino fundamental brasileiro equivale ao 4º grau da educação primária argentina, ao 4º ano primário do ensino

básico paraguaio, ao 4º ano primário uruguaio, ao 4º ano do ensino primário boliviano, ao 4º ano do ensino básico chileno e ao 4º grau da segunda etapa da educação básica venezuelana.

A Representação Brasileira também aprovou audiência pública com o coordenador do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Matias Spektor, para debater as atuais condições econômicas, políticas e institucionais do Mercosul em razão da possibilidade de adesão de novos membros.

Senado promove evento de valorização da primeira infância

O Senado abriu ontem a 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz. Cuidados com a saúde mental da mulher grávida e de crianças de 0 a 6 anos são o foco desta edição, que tem palestras e cursos até amanhã.

Especialista em saúde da mulher e da criança pela Universidade de Paris, o pediatra Laurista Corrêa Filho falou ontem sobre a prioridade à primeira infância como prevenção da violência. Também houve palestra do educador Vital Didonet, da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar (Omep).

A abertura do evento foi feita por Pedro Simon (PMDB-RS), que também apresentou o painel "Macroações de promoção dos direitos da criança".

Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou duas conferências: "Estratégias de prevenção e intervenção precoce junto ao bebê e sua família no período perinatal" (com a psicóloga brasileira Jaqueline Wendland) e "Psicologia normal e patológica da gravidez. Construção da interação inicial mãe-bebê e os riscos patológicos para a criança" (com a psiquiatra francesa Monique Bydlowski).

Casildo Maldaner agradece apoio após ataque cardíaco

Casildo Maldaner (PMDB-SC) agradeceu o apoio recebido após sofrer um ataque cardíaco, no dia 21 de setembro, no Senado. Ele também elogiou o atendimento recebido no momento da emergência, prestado pela equipe médica da Casa, e depois no Instituto do Coração de Brasília.

O senador foi submetido a cateterismo e angioplastia, passou as últimas semanas em recuperação e vem tentando voltar à rotina.

– Eu não pensava passar por isso, eu que praticava exercício. Mas as coisas não dão aviso, são imprevisíveis – disse o parlamentar.

Waldemir Barreto/Senado Federal



Casildo Maldaner



Senadora Marta Suplicy e juristas ouvem o presidente do Senado, José Sarney: necessidade de mais rapidez na Justiça

Instalada comissão de juristas para reformar o Código Penal

Sarney lembrou que o Senado já aprovou mudanças nos códigos de Processo Penal e de Processo Civil. Taques, que propôs o colegiado, ressaltou que o texto em vigor é de 1940

AJUSTAR O CÓDIGO Penal Brasileiro aos princípios da Constituição de 1988 e às novas exigências da sociedade é a principal tarefa da Comissão de Reforma do Código Penal instalada ontem pelo presidente do Senado, José Sarney. A proposta de criação do colegiado foi apresentada pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), que ressaltou o atraso do código, instituído pelo Decreto-Lei 2.848, de 1940.

– É preciso que seja revista a totalidade de nosso Código Penal. Ele foi criado em um momento histórico em que vivíamos uma ditadura. Hoje nós vivemos em uma democracia e esse código precisa espelhar o momento em que vivemos – disse Pedro Taques, lembrando que o código teve sua parte geral revista em 1984.

Sarney também apontou o anacronismo do texto e ressaltou que as mudanças na legislação penal seguem na esteira de outras modificações legislativas, como o Código de Processo Civil e o Código Eleitoral.

– O caminho que o Senado adotou para reformar nossos principais códigos tem se mostrado vitorioso. Os códigos de Processo Civil e de Processo Penal já foram aprovados pela Casa e estão na Câmara. E estão avançados os trabalhos para a reforma do Código de Defesa do Consumidor e do Código Eleitoral – assinalou Sarney.

Conforme o presidente do Senado, a reforma vai ajudar a acelerar o trâmite dos processos judiciais no país. Ele ressaltou

que a demora na reforma do Código Penal levou à criação de inúmeras “leis especiais” para o atendimento de necessidades prementes. Para o senador, esse será um dos principais desafios.

– Seria desejável eliminar as leis especiais sempre que possível. Outro grande desafio é a construção de um novo modelo de penas. O atual peca pela extrema fragmentação e pela desproporcionalidade das condenações penais – disse Sarney, que citou o desafio de assegurar legitimidade a penas alternativas e a necessidade de criar legislações específicas para os chamados crimes cibernéticos.

Para Taques, os pontos mais polêmicos da reforma do Código são a tipificação do crime de terrorismo, a revisão da pena para a corrupção, a criminalização ou não do aborto e a possibilidade de redução da maioria penal.

– O código é de 1940. Nós estávamos em 1940 pensando para uma sociedade rural – disse Pedro Taques.

Segundo o presidente da comissão, ministro do Superior Tribunal de Justiça Gilson Dipp, a comissão não vai se omitir a discutir temas polêmicos.

– Vamos analisar todos os temas que forem colocados, como o aborto, a tipificação de organização criminosa, os crimes cibernéticos, o enriquecimento ilícito. Estamos abertos a discutir tudo. Temos que selecionar os bens jurídicos que precisam da efetiva proteção do direito penal – afirmou.

Anteprojeto deve ser apresentado em 180 dias

O grupo de juristas – indicado pelas lideranças partidárias – terá 180 dias para apresentar um anteprojeto de reforma do Código Penal. O presidente da Comissão, Gilson Dipp, ressaltou o desafio do trabalho.

– Vamos trabalhar com eficácia e efetividade. A comissão tem a tarefa de elaborar um código que atenda tanto o executivo da Avenida Paulista quanto o ribeirinho do Amazonas.

Ele ressaltou a pluralidade ideológica dos integrantes da comissão e disse acreditar na convergência de ideias. O ministro afirmou ainda que a sociedade pode ser ouvida por meio de audiências públicas.

Também integram a comissão Maria Thereza Moura; Antônio Nabor Areias Bulhões; Emanuel Messias de Oliveira Cacho; Gamil Föppel El Hirche; José Muiños Piñeiro Filho; Juliana Garcia Belloque; Luiza Nagib Eluf; Luiz Carlos Gonçalves; Luiz Flávio Gomes; Marcelo André de Azevedo; Marcelo Leal Lima Oliveira; Marcelo Leonardo; René Ariel Dotti; Tiago Ivo Odon; e Tício Lins e Silva. A participação não será remunerada. As despesas logísticas da comissão deverão ser aprovadas pelo Plenário do Senado.

CPI do Ecad ouvirá Latino e Carlinhos Brown

Os cantores Carlinhos Brown, Latino e Durval Lelys (do grupo Asa de Águia) serão convidados para falar sobre direitos autorais na comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga

supostas irregularidades no Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Os requerimentos foram aprovados ontem.

Também serão convidados o maestro e diretor do Sindicato

dos Músicos do Estado do Rio de Janeiro, Tim Rescala, o compositor e poeta José Carlos Capinam e o presidente da Associação das Rádios Públicas do Brasil, Mário Sartorello.

A CPI aprovou requerimento para solicitação ao Ecad do envio de balanços anuais, planilhas de arrecadação, contratos de câmbio e documentos que possam comprovar supostas irregularidades na gestão de recursos. A comissão também vai pedir a quebra do sigilo fiscal do Ecad e de membros de sua diretoria.



Lindbergh Farias e Randolfe Rodrigues participam de reunião da CPI do Ecad

Ministro será interrogado por senadores sobre denúncias

O ministro do Esporte, Orlando Silva, participará hoje de uma audiência pública no Senado para responder a denúncias de que participou de um suposto esquema de desvio de verbas de seu ministério.

A audiência será realizada pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Educação, Cultura e Esporte (CE). Na CMA, o requerimento de convite foi apresentado por Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), ambos do mesmo partido de Orlando Silva. Na CE, por Ana Amélia (PP-RJ), Inácio Arruda e Alvaro Dias (PSDB-PR).

Segundo denúncia publicada pela revista *Veja*, o ministro do Esporte foi beneficiado por um esquema de desvio de verbas destinadas ao Programa Segundo Tempo, de estímulo à prática esportiva de crianças e adolescentes nas escolas.

Após muita discussão, a CE acabou rejeitando as

convocações do ex-policial militar João Dias Ferreira, autor da denúncia feita à revista sobre a participação do ministro nos desvios, e de Agnelo Queiroz, o antecessor de Orlando Silva no Ministério do Esporte e atual governador do Distrito Federal.

Segundo o líder do PCdoB no Senado, Inácio Arruda, João Dias Ferreira “não apresentou prova de nada”. Esse mesmo argumento foi reforçado pelo líder do Bloco de Apoio ao Governo, Humberto Costa (PT-PE), e pelo líder do Governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

Alvaro Dias, por outro lado, considerou “indispensável” estabelecer o contraditório – ouvindo acusador e acusado – em circunstâncias como essa.

Em entrevista, Orlando Silva repudiou “veementemente” as acusações. Segundo a Agência Brasil, a presidente Dilma Rousseff afirmou presumir a inocência do ministro.



Paulo Bauer, vice da CE, na sessão em que se aprovou audiência com ministro

A parlamentares, autor de acusações diz sofrer ameaças

O ex-policial militar João Dias Ferreira, que acusou o ministro Orlando Silva de participar de um suposto esquema que desviava verbas do Ministério do Esporte, disse estar sendo ameaçado há dois anos por causa de suas acusações.

No Senado, ele se encontrou com a bancada da oposição no Congresso Nacional para contar as irregularidades das quais diz ter conhecimento.

O ex-policial presidiu duas organizações não governamentais suspeitas de participar do esquema. Aos parlamentares, ele contou que as ONGs precisavam pagar 20% do valor do convênio a integrantes do ministério, a ser repassado ao PCdoB. O recurso seria usado na manutenção do partido e em campanhas eleitorais.

Ferreira afirmou possuir a gravação do áudio de uma reunião ocorrida em 2008 no Ministério do Esporte que comprovaria o envolvimento

do ministro no esquema.

– A verdade é única. Não existem duas verdades. Ainda há muita água para rolar. Vão surgir documentos que vão provar essa situação – declarou.

Ex-integrante do PCdoB, Ferreira é réu num processo judicial em que o Ministério Público pede a devolução de R\$ 3,17 milhões que teriam sido desviados dos cofres públicos por meio de ONGs conveniadas ao Ministério do Esporte. Em 2010, ele foi preso por suspeita de envolvimento no esquema.

O líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), enviou ofício ao Ministério da Justiça pedindo garantia de vida ao ex-policial militar.

– É visível a existência de uma seleção de crimes: corrupção, peculato, prevaricação, improbidade administrativa, formação de quadrilha – disse, anunciando que a oposição protocolou representação na Procuradoria Geral da República.



Ao lado de Álvaro Dias, o ex-PM João Dias Ferreira (E) fala à oposição